

**II EXAME DE ORDEM / 1999
DIREITO TRIBUTÁRIO**

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 2.10.99

1ª Questão (7 pontos)

Tentando encontrar uma saída para o que se chama de crise recessiva por que passa O Brasil, o Presidente da República, valendo-se de sua folgada maioria na base de sustentação no Congresso Nacional, preocupado também, com o sucessivo déficit de arrecadação, verdadeiramente radicalizou. Enviou ao Parlamento Projetos de Emendas à Constituição Federal acabando com todos os incentivos, benefícios e privilégios fiscais, entre eles, as imunidades genéricas e específicas, deixando apenas as chamadas imunidades recíprocas.

Formule um parecer acerca de tais proposições, fundamentado na legislação, na doutrina e na jurisprudência, se for o caso.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: TRIBUTÁRIO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.
Excetuando os livros de prática e modelos a consulta é livre.

2ª QUESTÃO (1 PONTO CADA UMA)

- 1) AGITADO DEMAIS deve ao Município de Cajazeiras - PB os seguintes tributos: IPTU - R\$ 1.000,00, vencido em 02-10-99; Taxa de Limpeza Pública - R\$ 500,00, vencido em 02-10-99; Contribuição de Melhoria - R\$ 400,00, vencido em 02-09-99; ISS - R\$ 2.000,00, vencido em 02-10-98.

Qual a ordem deve ser observada pela autoridade administrativa para a imputação dos débitos? Fundamente.

- 2) ONIREVES CAJAZEIRENSE, servidor público, aderiu ao P.D.V. - Programa de Demissão Voluntária, levado a cabo pelo Governo Federal. Recebeu de indenização R\$ 15.000,00 e decidiu abrir seu próprio comércio, obtendo financiamento junto ao Banco do Brasil, promovendo a importação regular de tênis dos Estados Unidos. Tal importação é fato gerador de algum imposto? Qual(is)?

- 3) Uma das características dos impostos é a não vinculação de sua receita a órgão, fundo ou despesa. Entretanto, a Constituição Federal faz algumas ressalvas. Quais são? Apresente os dispositivos Constitucionais pertinentes.

II EXAME DE ORDEM / 1999 DIREITO CIVIL

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 2.10.99

1ª Questão (7 pontos)

DADO: - **SARAIVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** recebeu, em 14 de setembro de 1999, da 6ª Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital, sentença condenatória, referente ao P. n.º 14.322/98, Reclamação Trabalhista, protocolizada por seu ex-funcionário **JOÃO SILVA MÉLIA**, sem ter sido intimada para oferecer defesa.

Investigando, constatou que a “AR”, dirigido pela Justiça do Trabalho, referente a audiência inaugural foi recebido pela funcionária-recepcionista, Srª MARIA DOS SANTOS AMARAL, do Condomínio do Edifício BRASÍLIA CENTRO, que não repassou a referida intimação.

Foi apurado, ainda, que o Condomínio contratou a empresa MUNDIAL DA LIMPEZA LTDA para prestar serviços, aparecendo a recepcionista como integrando seu quadro de funcionários.

SARAIVA MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA, após a liquidação da sentença pagou ao seu ex-funcionário a importância de R\$ 22.326,00.

PEDIDO:

REDIGIR: - ação ordinária de reparação de danos, sendo autora SARAIVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

OBSERVAR:

- Os fundamentos legais da petição inicial (art. 282, CPC);
- As regras básicas sobre acentuação, pontuação, concorrência.

2ª QUESTÃO: (um ponto)

Você acha que o devedor, nas obrigações de dar, tem direito de exigir aumento do preço pela produção dos frutos e, em que hipótese esta obrigação pode ser resolvida?

OBS: - Justifique as respostas fundamentando com dispositivos legais

3ª QUESTÃO: (um ponto)

Face ao princípio de que “não é lícito ao credor enriquecer, sem causa, a custa alheia “, posso afirmar, que o devedor, possuidor de boa-fé, tem direito à indenização das benfeitorias úteis?

OBS: - Fundamente com os dispositivos legais aplicáveis à espécie.

4ª QUESTÃO: (um ponto)

Você acha que, aquele que recebendo pagamento por conta de dívida verdadeira e inutilizou o título, fica isento de restituir este pagamento devido?

OBS: - Justifique com o dispositivo legal competente.

II EXAME DE ORDEM / 1999 DIREITO PENAL

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 2.10.99

1ª Questão (7 pontos)

RICARDO FERNANDES MOLINA, foi condenado no Juízo da 17ª Vara Criminal de Brasília - DF à pena de sete (7) meses de detenção, com **sursis**, como incurso nas sanções do art. 129, *caput* do Código Penal, sob fundamento de haver sido provado que agira dolosamente ao agredir a vítima **Ilza de Paula Moura**. Contudo, forte no entendimento de ter apenas repellido injusta e atual agressão à sua pessoa pela suposta vítima, usando, moderadamente dos meios necessários que possuía - agindo, portanto, em legítima defesa, conforme restou provado na instrução criminal com o testemunho de várias pessoas - inconformado recorreu para o E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. No julgamento do recurso pela 8ª Turma Criminal, o acórdão contrário ao recorrente, publicado no dia 10 de agosto de 1999 (3ª feira), não foi unânime porquanto o **Desembargador Luiz Joelson Rezende**, em longo e bem fundamentado voto, reconheceu a justificativa da excludente apontada, baseando-se nos depoimentos prestados em Juízo por **Juarez Távora Mesquita** (fls. 42), **Evilásio de Abreu Lima** (fls. 45) e **Bernadete Ferreira Maldonado** (fls. 49), votando, conseqüentemente pela absolvição do recorrente. Votou com o **Desembargador Relator Wilson Santana de Medeiros** o **Desembargador**

Romero Santiago Lins.

Você, advogado(a) de Ricardo tomou, no prazo, a providência cabível à espécie.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.

Não coloque o seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e número de OAB fictícios.

2ª QUESTÃO (1 PONTO CADA UMA)

- 4) **Evilásio** preparava-se para dormir no seu alojamento da firma em que trabalhava, quando viu **Mário**, que lhe devia R\$ 100,00 há mais de três meses, chegar completamente embriagado. Tendo sido dia de pagamento imaginou que Mário teria dinheiro no bolso. Aproximando-se e percebendo já estar ele dormindo, vasculhou-lhe os bolsos e encontrando a importância de R\$ 345,00, retirou os R\$ 100,00 referentes ao empréstimo. Responda sucitamente se a ação de Evilásio foi criminosa. Em caso positivo, qual o crime cometido.
- 5) **Pedro** foi condenado por sentença da qual tomou ciência em 6 de maio de 1999 (5ª feira), à pena de 1 ano e 8 meses de detenção pela prática de crime previsto no art. 155 do Código Penal. Todavia, o Juiz, imotivadamente, negou a concessão da suspensão da condicional da pena. **Pedro** conformou-se com a dosagem da pena, porém, entendendo presentes os requisitos permissores da concessão do benefício contidos no art. 77 do CPB, contratou você para defendê-lo. Indique de forma sucinta a providência a ser tomada e o prazo legal para tal.
- 6) **Ricardo** submetendo **Jair**, seu sobrinho de 11 anos, de quem tinha a guarda, a grosserias físicas e obrigando-o a trabalhar como ajudante de motorista de caminhão, sob sol e chuva, carregando e descarregando pesados volumes, contribui de forma decisiva para que o menor adquirisse lesão irreversível da coluna. Em razão de tal, foi denunciado em data de 16 de abril de 1999 (6ª feira), havendo a peça acusatória sido recebida em 22 (5ª feira) do mesmo mês e ano. Indique, resumidamente, a data, em tese, que ocorrerá a prescrição da pretensão primitiva.

**II EXAME DE ORDEM / 1999
DIREITO DO TRABALHO**

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 2.10.99

1ª Questão (7 pontos)

Elabore, em favor da empresa, defesa trabalhista contestando Ação de Cumprimento ajuizada pelo sindicato profissional que busca, para seus associados, o cumprimento da cláusula 1ª do Acordo Coletivo de Trabalho/98-99, que dispõe: “os salários da categoria serão reajustados em 10% (dez por cento), a partir do mês subsequente a assinatura do presente ACT”.

Fatos que devem ser considerados: referido Acordo Coletivo está em vigor e tem como signatários a empresa em questão e o sindicato profissional, autor da presente ação. É fato incontroverso que a empresa não cumpriu referida cláusula. A ação está em curso perante a 40ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília - DF e a audiência de conciliação, instrução e julgamento foi designada para o dia 8 de outubro de 1999.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.
Não coloque o seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e número de OAB fictícios.

2ª QUESTÃO (1 PONTO CADA UMA)

O Juiz Presidente indefere a produção de prova pericial para apuração de falta de iluminação no local de trabalho.

- 7) Correta a posição adotada pelo Juiz Presidente?
- 8) Se incorreta, qual o recurso cabível, na espécie?
- 9) É possível a utilização de prova emprestada para comprovação do alegado?

**II EXAME DE ORDEM / 1999
DIREITO ADMINISTRATIVO**

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 2.10.99

1ª Questão (7 pontos)

O Prefeito do Município de Cajazeiras - PB, tentando melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes, pretende contratar a única empresa construtora e, ao mesmo tempo, representante exclusiva de tubulações da marca RESISTÊNCIA na cidade, com o intuito de realizar obras de implantação da rede de esgoto de várias ruas, que monta a quantia de R\$ 500.000,00.

O Prefeito do Município solicita a você, Consultor Jurídico, a emissão de parecer abordando , entre outros aspectos legais, os seguintes questionamentos:

- 1) A contratação pode ser feita sem licitação, tendo em vista ser a empresa a única do Município e a única fornecedora das tubulações da marca RESISTÊNCIA, recomendada pelos engenheiros responsáveis pelo projeto?
- 2) Neste caso, com dispensa ou com inexigibilidade de licitação?
- 3) Caso haja necessidade, qual a modalidade de licitação deve ser utilizada?

Levando em conta os Princípios que norteiam a Administração Pública, formule seu parecer, devidamente fundamentado na legislação, na doutrina e na jurisprudência, se for o caso.

DEVEM SER OBSERVADOS AS NORMAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E OS ASPECTOS: GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.

Não coloque o seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e número de OAB fictícios.

2ª QUESTÃO (1 PONTO CADA UMA)

- 1) Os dirigentes da empresa pública “ Vias de Fato”, vinculada à Secretaria de Obras do Município de Cajazeiras, próspera cidade paraibana, foram denunciados por irregularidades administrativas. Em função disto, o órgão de auditoria da Secretaria de Obras passou a efetuar, de imediato, inspeção para apurar tais irregularidades. No mesmo sentido, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba designou auditores para inspecionar a empresa pública. Diga, RESPECTIVAMENTE, quais os tipos de controle a empresa “Vias de Fato” se submeteu.
- 2) A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU, concessionária de serviços públicos de transportes do Município de Cajazeiras - PB, teve extinta sua concessão, em virtude do descumprimento de algumas cláusulas do contrato de concessão. O que ocorrerá com os bens da EMTU, necessários ao exercício do serviço público que prestava?

- 3) Servidores públicos da União reivindicam vantagens trabalhistas anteriores à instituição do Regime Jurídico Único. Que Justiça é competente para processar e julgar tais reclamações?